

27 ABR 1980

JORNAL DO BRASIL

Assembleia

Oposições insistem na Constituinte

Brasília — As principais lideranças oposicionistas, do Sr Ulysses Guimarães aos Srs Alceu Collares, Freitas Nobre e até Gilvan Rocha do PMDB, PTB e PP — continuam indicando a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para a elaboração de um novo pacto social, como a saída natural para a crise brasileira.

O Governo continua a resistir, não apenas através dos porta-vozes habituais do Presidente da República, como através de seus líderes no Congresso. O Senador Jarbas Passarinho indagava, ontem, o que seria feito do mandato dos atuais parlamentares se a Constituição fosse convocada, enquanto o Senador Dinarte Mariz atribuía a disseminação dessa tese nas oposições ao "inteligente trabalho" do Sr Luís Carlos Prestes.

A crise e a saída

O Deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, sustenta que o grande problema brasileiro é a ilegitimidade do Poder e da ordem constitucional, causas das crises que se observam, inclusive, no campo social. Só uma Assembleia Nacional Constituinte teria condições de legitimidade para elaborar um novo pacto social que fosse o espelho das diversas correntes de interesse na sociedade.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, disse que a Constituinte não pode ser vista como uma panacéia para todos os males, inclusive os sociais, mas é a saída mais indicada para fazer com que a sociedade elabore o pacto social mais adequado às suas conveniências e aos seus interesses. Sustentou que a ordem atualmente instituída é ilegítima, porque resultante dos 16 anos de exceção, e só uma Constituinte terá autoridade para eliminar o remanescente do longo período de exceção em que o país viveu.

O Senador Gilvan Rocha concorda em que a solução para as nossas anomalias institucionais — que explodem, por exemplo, na ilegitimidade de uma lei antigreve, como no ABC paulista — estará na convocação de uma Constituinte, mas observa que a crise brasileira é tão grave que não se

pode esperar por ela, "senão o doente morrerá antes disso".

Para o líder do Partido Popular é necessário promover, antes de mais nada, uma alteração no modelo econômico-social posto em vigor desde 1964 ou o país será sacudido por graves conflitos sociais. Não há tempo para que todos esperem pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A Constituinte resolverá a grave anomalia institucional em que vivemos, mas o Governo tem de deixar a sua teimosia e alterar o modelo econômico que mantém desde 1964 para corrigir as injustiças e promover uma efetiva redistribuição da renda nacional ou sofreremos grandes crises.

No Partido Popular nem todos pensam como o líder no Senador. O Deputado Herbert Levy (PP-SP) dizia não ser necessário convocar uma nova Constituinte para restaurar a ordem constitucional em sua plenitude. O Deputado paulista concorda que a solução da crise institucional brasileira só virá com a elaboração de um novo pacto social.

A discussão

Mas este pacto social — disse o Sr Herbert Levy — poderá ser elaborado pelo atual Congresso. Nós estamos com pouco mais de um ano de mandato. Temos autoridade e legitimidade para elaborar uma nova Constituição, expurgando os resquícios da exceção.

O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Alceu Collares, acha que os grandes desequilíbrios existentes na sociedade brasileira foram agravados pelos 16 anos de exceção, em decorrência de uma ordem legitimamente instituída e responsável pela prevalência de alguns segmentos sociais de elite, em detrimento da grande maioria. Esta ordem ilegítima, em seu entender, beneficiou uma minoria de elite e agravou a situação da maioria esmagadora dos brasileiros.

Advertiu que a Constituinte é a saída para resolver a crise, pelo menos para restaurar o equilíbrio perdido, de uma forma que as forças sociais "libertas de quaisquer condicionamentos, em estado de graça e de liberdade, possam exercer uma ação cria-



Gilvan Rocha

tiva em termos de elaboração de um novo pacto social".

A convocação da Constituinte não implicaria, necessariamente, deposição do atual Presidente da República ou na perda dos atuais mandatários, segundo o Sr Alceu Collares. Se a Constituinte fosse convocada para 1982, os atuais mandatos seriam cumpridos. Em qualquer hipótese, ele acha que mais importante seria o Poder Constituinte para restaurar uma verdadeira ordem constitucional no Brasil.

O Deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara; disse que o Presidente João Figueiredo poderia propor ao Congresso um ato adicional do Poder Legislativo, convocando a Assembleia Nacional Constituinte. Lembrou que, em 1932, Getúlio Vargas, chefe da Revolução de 30, foi surpreendido pela Revolução Constitucionalista de 1932.

— A Revolução paulista foi uma derrota vitoriosa, pois Getúlio Vargas, o vitorioso, cumpriu o seu ideal, convocando a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Pedro I também convocou uma Constituinte, em 1823. Porque o atual Presidente não poderia fazê-lo?

O Deputado Djalma Marinho, um dos juristas reconhecidos do Congresso, advertiu que a convocação de uma Constituinte resultaria na eliminação dos atuais mandatos. O Senador Jar-

bas Passarinho insistia, ontem, na mesma tese, para negar a validade da tese, argumentando que o atual Congresso tem poderes constituintes.

O Deputado Freitas Nobre lembrava que a Constituinte poderia ser convocada para 1982 ou 1983, com o que se preservariam os mandatos, se é que isso é tão importante. Se a Constituinte fosse convocada imediatamente, por proposta do Presidente da República e um ato do Congresso Nacional, seria irrelevante: a perda dos mandatos.

— Mais importante do que preservar nossos mandatos é solucionar os graves problemas de ordem institucional que aí estão — disse o líder oposicionista. — Além disso, se perdemos os mandatos, temos todos o direito de nos candidatar a Constituinte. Aqueles que tiverem mensagens serão eleitos para trabalhar, com autoridade, na elaboração do novo pacto social.

O Deputado Djalma Marinho sustenta que as Constituintes sempre foram convocadas quando "o Poder calu nas ruas", quando uma ordem foi por outra substituída. Afirma que não seria possível operar a convocação da Constituinte sem a ruptura da ordem estabelecida, pois a História está aí para mostrar os seus exemplos ilustrativos.

O Senador Dinarte Mariz, menos preocupado com a forma, vai mais além, ao declarar que foi o Sr Luís Carlos Prestes quem difundiu entre os Partidos oposicionistas a tese a respeito da necessidade e convocação de uma Constituinte.

— Quando Petrólio Portella era vivo e falava em anistia; eu o advertia de que, com a chegada de Prestes, logo veríamos a tese da Constituinte, inclusive com Figueiredo. Isto já apareceu por aí.

O Sr Jarbas Passarinho acha que a Constituinte não é um fim mas um meio. Se o fim é chegar a um novo pacto social, o Congresso Nacional tem poderes constituintes e legitimidade para realizar essa obra política de envergadura, quando a evolução do processo de abertura mostrar ao Governo que chegou o momento de cuidar do assunto.